

1 **Ata da 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do Comitê de Integração da**  
2 **Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, de 2010, realizada no dia 18 (dezoito)**  
3 **de maio de 2010.** Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dez, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária  
4 da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, de 2010, na sede da AGEVAP, em Resende-RJ, com a presença  
5 dos seguintes membros: **Poder Público:** Ana Carolina Parreiras (IGAM/MG), Moema Versiani (INEA/RJ),  
6 Edilson de Paula Andrade (DAEE/SP) Luiz Roberto Barretti (Prefeitura de São José dos Campos/SP),  
7 Virgílio Furtado (Prefeitura Piau/MG); **Usuários:** Fernando Carlos de Oliveira Júnior (Águas do  
8 Paraíba/RJ), Jorge Neves Cezar (AMPAS), Paulo Valverde (CESAMA/MG), Patrícia Coelho (FIEMG/MG),  
9 Zeila Piotto (FIESP/SP), Danilo Henrique Vergílio (CIESP), João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP/SP);  
10 **Organizações civis:** Carlos Benedicto Cabral (Instituto Águas do Prata/SP), Ana Maria de Gouvêa  
11 (IEV/SP), Adriana Prestes (Vale Verde), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale!Nossa Vida/RJ); e dos seguintes  
12 **convidados:** Hendrik Mansur e Flávio Simões (AGEVAP), Osman Silva (ANA), para tratar da **seguinte**  
13 **pauta:** 1- Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 1º/03/2010; 2- Minuta do Convênio de  
14 Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul; 3- Hierarquização das propostas que apresentaram  
15 complementação da documentação (Edital 2009); 4- Agenda de reuniões da CTC; 5- Outros assuntos e  
16 informes. Conferido o quorum, a Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sra. Zeila  
17 Piotto (representante da FIESP/SP) abriu a reunião, submetendo a ata da reunião da CTC, do dia 1º/03/2010,  
18 à aprovação dos membros. A representante da Associação Vale Verde/SP, Sra. Adriana Prestes, pediu que  
19 fosse acrescentada na ata sua sugestão, apresentada nessa reunião, de criação de uma Comissão de Ética ou  
20 Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica específica, a ser acionada quando necessário, para discutir as  
21 questões éticas e tomar decisões nas situações omissas. Na **linha 15**, corrigir o nome do representante da  
22 Prefeitura de Aracitaba/MG: o correto é José **Márcio** Bastos. Na **linha 65**, acrescentar que a representante  
23 do INEA/RJ, Sra. Moema Versiani, e o representante do DAEE/SP, Sr. Edilson de Paula Andrade,  
24 discordaram da proposição do representante da CESAMA/MG, Sr. Paulo Valverde, de que, havendo  
25 prorrogação de prazo para apresentação de documentos que ficaram faltando, os projetos habilitados no  
26 prazo regulamentar tenham prioridade na classificação para receber os recursos. Na **linha 74**, corrigir o  
27 número da Lei Federal citada: o correto é nº **11.445/2007**. **ITEM 2 – Minuta do Convênio de**  
28 **Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul** - O representante da Agência Nacional de Águas – ANA,  
29 Sr. Osman Silva, apresentou a minuta desse Convênio elaborada pelo Grupo de Trabalho de Articulação  
30 Institucional – GTAI, que está encarregado, também, de elaborar o Programa de Trabalho. Primeiramente,  
31 fez um breve histórico da construção do Convênio de Integração, lembrando que o primeiro Convênio foi  
32 celebrado em 2002, mas nunca foi implementado. Relatou que foram realizadas cinco reuniões do GTAI  
33 (grupo integrado por representantes institucionais dos segmentos representados no CEIVAP), para construir  
34 o novo Convênio de Integração para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, que tem por objeto a integração dos três  
35 Estados e das bacias afluentes que compõem a bacia do rio Paraíba do Sul. Ressaltou que o Convênio de  
36 Integração deve ser um pacto para nortear o Plano de Recursos Hídricos; e deve estar atrelado a metas  
37 objetivas: o que tem que ser feito, quando e por quem. O representante da ANA explicou que o Convênio foi  
38 estruturado em três eixos: **Eixo 1 – Institucional**, envolvendo União, Estados, Comitês e Agências de Água;  
39 **Eixo 2 – Regulatório**, que inclui o Plano de Recursos Hídricos, critérios de regulação, sistemas de  
40 informação e monitoramento da qualidade da água. **Eixo 3 - Investimentos:** recursos da União (ANA e  
41 SRHU), dos Estados, de Fundos específicos e da cobrança pelo uso da água; a integração dos procedimentos  
42 operacionais para aplicação desses recursos. Em seguida, enumerou as **premissas** do Convênio: 1-  
43 Atendimento à legislação – os comitês regionais, de bacias afluentes, devem, preferencialmente, propor  
44 critérios e parâmetros para atendimento à legislação, localmente; 2- Construção e pactuação coletiva; 3-  
45 Simplicidade na escolha das metas e avaliação dos resultados; 4- Comparabilidade entre os indicadores; 4-  
46 Progressividade na implementação das metas-objetivos. 5- Periodicidade na avaliação dos resultados e na  
47 reprogramação das metas. O representante da ANA explicou que Programa de Trabalho do Convênio refere-  
48 se à aferição das metas institucionais e de regulação. Com relação às metas de regulação, foram definidos  
49 para a bacia 11 (onze) pontos de controle para monitoramento do cumprimento dessas metas (avaliação dos  
50 resultados). Os critérios usados para estabelecer esses pontos foram os seguintes: divisas entre Estados; a foz  
51 do rio Paraíba e de seus principais afluentes; ponto da transposição; um ponto no Alto Paraíba, próximo a  
52 Taubaté/SP e outro no trecho mineiro da bacia, próximo a Juiz de Fora, por serem regiões de muito impacto  
53 às águas do rio. Conforme explicou o representante da ANA, a idéia não é deixar de lado o enquadramento  
54 definido por lei. Mas os Comitês das bacias afluentes deverão, progressivamente, estabelecer outras metas  
55 de qualidade, de acordo com a realidade de cada sub-bacia. Concluindo sua apresentação, o técnico da ANA  
56 informou sobre os encaminhamentos definidos pelo GTAI, passo a passo, até a celebração do Convênio de  
57 Integração: 1- Debate em cada organismo integrante de GTAI (comitês e Estados) a cerca da minuta do  
58 Convênio de Integração e do Plano de Metas; 2- Processo de negociação com Estados e CBHs; 3- Reunião

59 com dirigentes das instituições envolvidas (poder público); 4- Reunião entre as UORs (Unidades  
60 Organizacionais) da ANA; 5- Minuta de texto do Convênio de Integração com Plano de Trabalho: eixos,  
61 metas, prazos, responsabilidades – apresentação na Plenária CEIVAP; 6- Pacto mínimo antes da celebração:  
62 três eixos, acompanhamento e premiações para melhores práticas. 7- Data prevista para a celebração do  
63 Convênio – junho de 2010. Alguns membros da CTC entendem que o GTAI deve alterar seu cronograma e  
64 adiar a data para celebração do Convênio, pois consideraram que esse debate a cerca da minuta do Convênio  
65 ainda não aconteceu de fato; muito menos as reuniões para negociação com as instituições envolvidas. O  
66 técnico da ANA disse que ficara combinado que cada órgão gestor dos Estados da bacia ficaria encarregado  
67 de fazer a internalização do Convênio em cada Comitê. O representante da Prefeitura de São José dos  
68 Campos/SP, Sr. Luiz Roberto Barretti, disse que o CBH-PS (o Comitê do trecho paulista), iniciou esse  
69 trabalho de internalização do Convênio. No entanto a representante do Instituto de Estudos  
70 Valeparaibanos/SP, Sra. Ana Maria de Gouvêa, completou dizendo que a discussão sobre o Convênio ainda  
71 não chegou às Câmaras Técnicas do CBH-PS. Assim como também não chegou ao segmento das  
72 Organizações Civis do trecho paulista da bacia, segundo a representante da Vale Verde/SP, Sra. Adriana  
73 Prestes. A Coordenadora da Câmara Técnica do CEIVAP, que participa da Câmara Técnica do CBH-PS,  
74 informou que este Comitê paulista montou um grupo de trabalho para estudar a minuta do Convênio; e que  
75 uma das considerações que esse grupo fez foi que o Convênio deve ser aprovado pelo plenário de cada  
76 comitê (e não apenas pela diretoria). Informou ainda que o grupo de trabalho do CBH-PS apresentou muitas  
77 sugestões que não foram incorporadas à minuta. Segundo ela, esse GT avaliou que o Plano de Trabalho e as  
78 metas institucionais do Convênio precisam ser consolidadas; e que é preciso, também, melhorar a redação  
79 das metas institucionais, para maior clareza. Por fim, a Coordenadora disse que a CTC do CEIVAP deve  
80 encaminhar propostas para serem incorporadas à minuta do Convênio e propôs que seja agendada uma  
81 reunião da CTC para discutir apenas esse assunto. A representante da ONG Nosso Vale!Nossa Vida, Sra.  
82 Vera Lúcia Teixeira, após elogiar o trabalho do GTAI, fez os seguintes questionamentos ao técnico da  
83 ANA: quem vai definir e como vão ser definidos os indicadores? Como os comitês vão monitorar o  
84 cumprimento do Convênio? Por que não entrou DBO e material em suspensão na meta da qualidade de  
85 água? Ele respondeu que os indicadores deverão ser definidos pelo CEIVAP após consultar os comitês  
86 afluentes, ratificando-se uma proposta de consenso. Sobre o processo de apuração do cumprimento das  
87 metas, disse que isso ainda não foi discutido. Com relação à não inclusão do DBO e material em suspensão  
88 na meta da qualidade de água, ele respondeu dizendo que o processo deve ser gradativo; esses outros  
89 parâmetros deverão ser incluídos depois, gradativamente. E lembrou que a metodologia da cobrança pelo  
90 uso da água também não incluiu, inicialmente, esses parâmetros. A representante do INEA/RJ, Sra. Moema  
91 Versiani, perguntou ao técnico da ANA quanto tem de recurso financeiro disponível para implementação do  
92 Programa de Trabalho previsto no Convênio de Integração. Ele respondeu que os recursos virão da ANA e  
93 da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU; e poderão vir, também, dos governos dos  
94 estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e dos ministérios das Cidades, de Integração e da  
95 Saúde, que poderão vir a ser signatários de acordos decorrentes do Convênio. Outros participantes da  
96 reunião fizeram sua avaliação sobre o Convênio de Integração. Para o representante da CESAMA/MG, Sr.  
97 Paulo Valverde, o Convênio é uma maneira de orquestrar a gestão. Na sua opinião, seria interessante não  
98 estabelecer metas muito ousadas, inicialmente; as metas podem ser repactuadas de tempos em tempos. Ele  
99 comunicou que, na última reunião do CBH Preto e Paraibuna, foram iniciadas as discussões sobre o  
100 Convênio de Integração. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, que faz parte do  
101 GTAI representando a AGEVAP, disse que o Convênio de Integração vem fortalecer o sistema de gestão da  
102 bacia, vem fortalecer o CEIVAP e os comitês das bacias afluentes. No seu entender, o Convênio deve ser  
103 aprovado como está e depois pode ser melhorado através de aditivos. A representante do IEV/SP discordou  
104 do Coordenador de Gestão da AGEVAP, dizendo que a minuta do Convênio, tal como foi apresentada,  
105 enfraquece os comitês e fortalece o GTAI. O técnico da ANA rebateu a crítica da representante do IEV  
106 lembrando que os comitês estão dentro do GTAI - todos os comitês têm representantes no GTAI. E ressaltou  
107 que o GTAI foi criado justamente para isso - para articular institucionalmente as diversas instâncias da  
108 bacia. A representante da Nosso Vale!Nossa Vida/RJ destacou que os novos comitês criados no Estado do  
109 Rio ainda não têm representantes no GTAI, apenas o Comitê do Médio Paraíba. Contrariando o destaque da  
110 representante da Nosso Vale!Nossa Vida, a representante do INEA/RJ informou que todos os comitês do  
111 estado do Rio estão representados no GTAI e que o Convênio foi apresentado ao Plenário dos quatro  
112 Comitês fluminenses. **ENCAMINHAMENTOS:** Concluído o debate, foram relacionados os seguintes  
113 encaminhamentos sobre o Convênio de Integração: 1- Haverá reunião específica da CTC em 23/06/10, para  
114 analisar o mérito/teor do Convênio de Integração; 2- Em relação ao processo, recomenda que: a) O  
115 novo coordenador do GTAI deve visitar os comitês das bacias afluentes do Paraíba do Sul, para  
116 divulgar o Convênio, tendo em vista sua internalização; b) O GTAI deve modificar o cronograma  
117 para celebração do Convênio de Integração, de forma a permitir a realização de reuniões dos

118 comitês afluentes para discutir o Convênio; c) A CTC e os comitês afluentes devem realizar  
119 reuniões para discutir, analisar e apresentar propostas a serem incorporadas na minuta do  
120 Convênio. Em seguida, o GTAI deve se reunir para rever a minuta do Convênio, incorporando as  
121 propostas da CTC e dos comitês afluentes. E, por último, realizam-se as reuniões dos plenários dos  
122 CBHs e do CEIVAP, para aprovação do Convênio de Integração; d) O GTAI deve responder aos  
123 questionamentos e sugestões que venha a receber dos comitês. Quanto a essas recomendações, a  
124 representante do INEA/RJ manifestou-se dizendo que não cabe à CTC criar demandas para os  
125 Comitês estaduais nem para o GTAI. No entanto foi consenso entre os demais membros que as  
126 recomendações da CTC são pertinentes no processo de elaboração do Convênio (mérito e teor).  
127 Encerrado este item da pauta, a Coordenadora da CTC propôs, e foi aceita, uma inversão de pauta,  
128 discutindo-se primeiro a agenda de reuniões da CTC e, por último, a hierarquização das propostas  
129 que apresentaram complementação da documentação. **ITEM 3 - Agenda das reuniões da CTC** –  
130 foram agendadas as reuniões ordinárias da CTC até o final do ano, desta forma: 23 de Junho – 2ª  
131 Reunião Ordinária – Pauta: Aprovação da ata da reunião de 18/05/10; Convênio de Integração e  
132 calendário das reuniões extraordinárias; 11 de Agosto – 3ª Reunião Ordinária; 27 de Outubro – 4ª  
133 Reunião Ordinária. Deverão ser pautados para as próximas reuniões os seguintes assuntos: Nota  
134 Técnica nº 165 da Agência Nacional de Águas; Plano de Revitalização da Bacia do Rio Barra  
135 Mansa; combate às macrófitas; revisão da metodologia da cobrança pelo uso da água; Manual de  
136 Investimentos 2010. Sobre o Manual de Investimentos, a Coordenadora lembrou que foi criado um  
137 grupo de trabalho para fazer a revisão do mesmo, o qual já realizou 5 (cinco) reuniões. Este grupo é  
138 integrado pela Sra. Moema Versiani (INEA/RJ), Sr. Paulo Valverde (CESAMA/MG), Sra. Zeila Piotto  
139 (FIESP/SP), Sr. Virgílio Furtado (Prefeitura de Piau/MG), Sr. Breno Gurgel (ABES/SP) e Sra. Eloísa Elena  
140 Torres (INEA/RJ). **ITEM 4 - Hierarquização das propostas que apresentaram complementação  
141 da documentação (Edital 2009)** - Após a análise das propostas, a AGEVAP apresentou a pré-  
142 hierarquização indicando para Ação Estrutural a seguinte classificação e na ordem de pontuação: 1º -  
143 Município de Itamarati de Minas (MG), 2º - Município de Divinésia (MG) e em 3º - Município de Argirita  
144 (MG). Como o recurso remanescente disponível (R\$ 3.592.348,99) não é suficiente para atender as três  
145 propostas de ação estrutural, a CTC decidiu pelo seguinte encaminhamento: hierarquizar as propostas  
146 apresentadas pelo Município de Itamarati de Minas (R\$ 2.989.276,06) e pelo Município de Argirita (R\$  
147 240.260,52). E o saldo remanescente (R\$ 362.812,41), como é insuficiente para atender o 2º colocado -  
148 Município de Divinésia (R\$ 3.004.103,20) - decidiram, então, por alocar este saldo nas Ações de  
149 Planejamento, onde não havia previsão orçamentária. Este recurso alocado veio atender às propostas  
150 analisadas pela AGEVAP, que apresentou a pré-hierarquização indicando para Ação de Planejamento a  
151 seguinte classificação e na ordem de pontuação: 1º - Município de Jacareí (SP) - R\$ 204.000,00; 2º -  
152 Município de Mercês (MG) - R\$ 112.236,00; e em 3º - Município de Aracitaba (MG) – R\$ 53.000,00. O  
153 saldo remanescente da Ação Estrutural é suficiente para financiar as propostas de Ação de Planejamento  
154 classificadas em primeiro e segundo lugar (Municípios de Jacareí e de Mercês), restando ainda R\$  
155 46.570,00. Como este saldo é insuficiente para o terceiro colocado – Município de Aracitaba – mas cobre  
156 em grande parte o valor da proposta deste município, esta questão deverá ser decidida em reunião plenária  
157 do CEIVAP, oportunidade em que o Proponente terá o direito de aceitar ou declinar do recurso  
158 remanescente. **ITEM 5 – Assuntos gerais** – A representante da Nosso Vale!Nossa Vida/RJ pediu  
159 que se registrasse, em nome da Câmara Técnica do CEIVAP e em respeito ao trabalho desta  
160 Câmara, que a mesma não merecia ser tratada da forma como foi, pela Presidente do CEIVAP, Sra.  
161 Marilene Ramos (Secretária de Estado de Meio Ambiente do Rio de Janeiro), por ocasião da última  
162 reunião do CEIVAP, no dia 3 de março de 2010, quando a Presidente criticou duramente o trabalho  
163 de revisão do Manual de Investimento 2009, feito pela CTC, fazendo, inclusive comentários  
164 pejorativos. Segundo ela, a crítica foi injusta, pois a CTC não teve condições de fazer um bom  
165 trabalho, porque não teve tempo suficiente para analisar o Manual de Investimento. Sua manifestação  
166 foi endossada pela representante do IEV/SP, que classificou a colocação da Presidente do CEIVAP como  
167 infeliz, merecendo o repúdio dos membros da Câmara Técnica. Ela aproveitou para dizer que não concordou  
168 com a decisão de se formar um grupo para fazer nova revisão do Manual, pois, no seu entender, esta é  
169 missão da CTC. A representante do INEA/RJ fez os seguintes informes: 1-Os quatro Comitês do Estado do  
170 Rio de Janeiro já indicaram a AGEVAP como sua entidade delegatária das funções de agência de bacia e a  
171 matéria vai ser apreciada na próxima reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, marcada para o  
172 dia 26 de maio. 2- Na semana passada, foi realizada uma reunião da diretoria do CEIVAP com a diretoria da  
173 AGEVAP, para conversar sobre a questão da comunicação entre CEIVAP/AGEVAP e definir quem se

174 reporta a quem; o que é atribuição de quem; e estabelecer normas de comunicação para evitar acontecer o  
175 sucedido na mencionada reunião do CEIVAP, do dia 3 de março, quando a Presidente do CEIVAP criticou  
176 publicamente o trabalho da CTC sobre o Manual de Investimento. A representante da Associação Vale  
177 Verde/SP, Sra. Adriana Prestes, informou que o Grupo de Trabalho Macrófitas realizou duas reuniões e já  
178 elaborou a minuta de Termo de Referência para contratação de profissional para realizar estudos que  
179 permitam identificar, localizar e quantificar as causas da proliferação de macrófitas aquáticas ao longo da  
180 calha do rio Paraíba do Sul, inclusive braços mortos, com o objetivo de subsidiar a priorização de áreas e  
181 ações mitigadoras, preventivas, de monitoramento e controle, fornecendo, inclusive, elementos para a  
182 identificação da qualidade de água e das condições gerais da bacia. Esse Termo de Referência será  
183 submetido à análise da CTC. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrada a 1ª Reunião  
184 Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP de 2010, agradecendo a participação de todos. A  
185 presente ata foi lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi  
186 assinada pela Coordenadora da CTC, Sra. Zeila Piotto, que presidiu a reunião, e pela Relatora, Sra. Moema  
187 Versiani.

188 **Ata aprovada na 2ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP do ano de**  
189 **2010, realizada no dia 23/06/10, em Resende/RJ.**

190

191

192 Resende, 18 de maio de 2010

193

194

195

196

197

Zeila Piotto  
Coordenadora da CTC

Moema Versiani  
Relatora da CTC

198

199